

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 634 - Brasília, sexta-feira, 6 de fevereiro de 1998



Na reunião conjunta das comissões de Justiça, Assuntos Sociais e Educação, os senadores discutiram a proposta por mais de duas horas, aprovando-a como veio da Câmara

NESTA
EDIÇÃO

Reforma administrativa na pauta de terça

Plenário examina a proposta do governo na próxima terça-feira. Votação em segundo turno está prevista para março. **Página 3**

Plenário aprecia sete matérias na semana

Das sete matérias votadas pelo plenário nesta semana, seis foram aprovadas e uma enviada para o arquivo. **Página 3**

Promulgada emenda sobre servidor militar

PÁGINA 3

Comissões aprovam Lei Pelé sem emendas

Fim do passe do jogador profissional e transformação dos clubes de futebol em sociedades comerciais estão entre as principais inovações introduzidas pela proposta, que agora vai ao plenário



Patrocínio, Emília, Júnia, Antonio Carlos, Ronaldo e Lúdio aplaudem o início das transmissões

TV Senado já transmite via Internet

O início das transmissões ao vivo da TV Senado pela Internet foi marcado por cerimônia ontem à tarde no gabinete do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, com a presença de diversos senadores. Depois de assistir

a alguns minutos de transmissão, Antonio Carlos disse que o novo serviço oferecido dava continuidade ao esforço pela modernização e transparência do Senado, iniciado na gestão de seu antecessor, José Sarney. **Página 2**

As comissões de Justiça, de Assuntos Sociais e de Educação aprovaram ontem, sem emendas, o projeto que institui normas sobre o desporto, a chamada Lei Pelé. Os pareceres foram apresentados pelos senadores Leomar Quintanilha, Benedita da Silva e Artur da Távola. Durante a reunião, presidida pelo senador Bernardo Cabral e com a presença do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, os parlamentares discutiram a proposta por mais de duas horas. Encaminhado ontem mesmo à Mesa do Senado, o projeto será apreciado pelo plenário na próxima semana. **Página 5**



Senadores ouvem explicações sobre o início das transmissões que reforçam presença do Senado na Internet

ACM afirma que o novo serviço dá continuidade ao esforço de modernização e transparência da Casa

TV Senado inaugura suas transmissões pela Internet

O início das transmissões ao vivo da TV Senado pela Internet foi marcado por cerimônia realizada na tarde de ontem no gabinete do presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, que contou com a presença das senadoras Júnia Marise (PDT-MG) e Emília Fernandes (PDT-RS) e dos senadores Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), Carlos Patrocínio (PFL-TO), e Lúdio Coelho (PSDB-MS).

Depois de assistir a alguns minutos de transmissão e ouvir esclarecimentos prestados pelos diretores envolvidos no projeto - Fernando Cesar Mesquita, da Secretaria de Comunicação Social, e Regina Célia Peres Borges - do Centro de Informática e Processamento de Dados (Prodasen), Antonio Carlos disse

que o novo serviço oferecido dava continuidade ao esforço pela modernização e transparência do Senado, iniciado na gestão de seu antecessor, José Sarney.

Brevemente, as transmissões da Rádio Senado também estarão na Internet. O acesso à TV pode ser conseguido por usuários de qualquer lugar do mundo, através da *home page* do Senado: www.gov.senado.br.

ACM esclarece versões

Abordado pela imprensa ao final da cerimônia de inauguração das transmissões ao vivo, pela Internet, da TV Senado, o senador Antonio Carlos Magalhães desmentiu versões divulgadas durante a tarde de ontem, segundo as quais teria colocado o plenário da Casa à disposição para realização de sessão da Câmara.

- Acabei de falar com o Michel Temer e disse a ele que não deve dar ouvidos a intri-

gas, porque o meu tratamento afetivo e institucional com ele está cada vez melhor. Toda vez que tiver que dar um passo em direção a ele para prestigiar-lo, eu o farei - afirmou.

O senador explicou que falou em "tirar" e não "atirar" em manifestantes que tumultuavam os trabalhos:

- Eu disse que aqui não se entra para fazer desordem. Foi o que eu disse e estou repetindo - declarou.

Democracia se fortalece ainda mais, dizem senadores

A presença da TV Senado na Internet vai contribuir para a democracia, para o fortalecimento das instituições e especialmente do Senado, afirmou o senador Ronaldo Cunha Lima, acrescentando que, com essa iniciativa, "o Senado amplia a sua transparência, permitindo que não apenas o Brasil, mas agora o mundo inteiro, possa acompanhar as atividades desenvolvidas pelos senadores".

Ele se disse convencido de que o investimento trará "imensos benefícios" à sociedade e à Casa.

- Benefício, em primeiro lugar, para a própria democracia; em segundo lugar, para o fortalecimento das instituições e, especialmente, do Senado, que agora passa a ser conhecido por muitas pessoas que ignoravam a forma de se trabalhar, o que aqui se faz, o processo legislativo e de elaboração das leis, a forma de atuação das comissões; que o Senado não se limita apenas à sua atuação em plenário, mas às comissões e a outros trabalhos. Então, é a forma de ampliar a sua transparência e fazer públicas as suas atividades - acrescentou Ronaldo Cunha Lima.

A senadora Júnia Marise, por sua vez, destacou a transparência ainda maior dos trabalhos desenvolvidos pelo Senado: "Esse recurso da Internet representa um avanço diante da modernidade tecnológica que estamos vivendo".

- O ingresso da TV Senado na Internet é importante porque vai levar o trabalho dos senadores e da Casa para dentro do Brasil e para os brasileiros que moram no exterior; e vai servir, também, para que outras nações tomem conhecimento da forma como o Parlamento brasileiro desenvolve suas atividades - disse Júnia Marise.

Já o senador Lúdio Coelho afirmou que, "com a entrada da TV Senado na Internet, a instituição amplia muito mais a oportunidade de uma nação ter conhecimento dos trabalhos realiza-

O ingresso da TV Senado na Internet abre mais um canal para o país conhecer o trabalho dos senadores

dos pelos senadores, e isso atinge o mundo todo". Ele acrescentou que "esse conhecimento dado ao povo brasileiro eu considero importante, porque há uma visão distorcida por parte de alguns setores da população, que às vezes pensam que o parlamentar não trabalha".

- O presidente Antonio Carlos Magalhães está prestando um trabalho importante à nação. A sua iniciativa em relação à rede mundial de computadores é uma contribuição importante, não somente para ampliar o conhecimento da população, mas principalmente para o fortalecimento das instituições democráticas - acentuou.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão Não Deliberativa

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Terça-feira (10.02.98)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Pauta: Votação em primeiro turno da "PEC nº 41/97, que modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da administração pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas, e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal (reforma administrativa); "PLC nº 66/97, que dispõe sobre os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema finan-

ceiro para os ilícitos previstos nesta lei; e cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - Coaf

Quarta-feira (11.02.98)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Pauta: "PLC nº 02/98, que cria, transforma e extingue cargos e funções no quadro de pessoal da secretaria do Supremo Tribunal Federal

Quinta-feira (12.02.98)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Pauta: Discussão em turno único do "Projeto de Resolução nº 164/97, que autoriza o estado de Mato Grosso a elevar temporariamente o seu limite de endividamento para que possa contratar e prestar contragratia à operação de crédito externo, com aval da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird, no valor de US\$ 45 milhões, destinada a financiar parcialmente o Programa de Reforma do Estado de Mato Grosso

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucidio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br

Na pauta da próxima semana, projeto que estabelece penas para crimes de lavagem de dinheiro. Quem ocultar a origem de valores provenientes de tráfico de drogas ou crimes contra a administração pode pegar até 10 anos de cadeia

Plenário vota reforma administrativa na terça-feira

Sete matérias em cinco sessões deliberativas

O plenário do Senado aprovou nesta semana (de 2 a 6 de fevereiro) novas regras de quebra do sigilo bancário, destinadas a facilitar a investigação de fraudes fiscais e atividades de crime organizado; e, atendendo a reivindicação dos artistas, decidiu preservar o acesso do titular do direito autoral à remuneração correspondente. No total, foram aprovadas seis das sete matérias apreciadas.

Os senadores resolveram incluir os procuradores federais, a Receita Federal, a Comissão de Valores Mobiliários e o Tribunal de Contas da União, entre as autoridades que poderão solicitar a quebra do sigilo bancário sem autorização judicial. A matéria irá para a Câmara.

O projeto de lei sobre direitos autorais terminou sua tramitação no Congresso e vai à sanção presidencial. Vários artistas acompanharam a votação, aplaudindo a decisão do plenário, que suprimiu dispositivos acrescentados pela Câmara.

Desde o início da convocação extraordinária, o Senado já

aprovou 33 de um total de 40 matérias apreciadas em plenário, tendo sido realizadas 22 sessões.

A semana foi muito movimentada nas comissões permanentes do Senado. Em reunião conjunta, as comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Sociais (CAS) e de Educação (CE), aprovaram o projeto da Lei Pelé, que deverá ser votado em plenário na semana que vem.

A CCJ decidiu rejeitar todas as emendas de mérito à reforma administrativa, e, se o parecer for aprovado em plenário, nos dias 10 e 11, a matéria não precisará voltar à Câmara. A comissão também se pronunciou a favor da criação de cargos, sem aumento de despesas, pelo Supremo Tribunal Federal.

Já a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou as indicações de diplomatas para postos no exterior, e a declaração constitutiva dos estatutos das comunidades de língua portuguesa, além dos textos de quatro acordos internacionais.

A reforma administrativa, considerada o assunto mais importante que o Senado aprecia nesta convocação extraordinária, será votada, em primeiro turno, na sessão da próxima terça-feira. Aprovada, a reforma deverá ser votada em segundo turno em março.

O relator da matéria, senador Romero Jucá (PFL-RR), apresentou na CCJ parecer favorável a nove emendas de redação e manifestou-se contrário a 17 emendas de mérito, todas feitas em plenário. A reforma administrativa prevê, entre outras coisas, a possibilidade de demissão de servidores públicos, sob certas condições e situações; estabelece como salário máximo no serviço público o rendimento de ministro do STF (R\$ 12.720,00); e autoriza o governo a pagar salários proporcionais aos servidores colocados em disponibilidade.

De acordo com a reforma,



Romero Jucá: relator da reforma

funcionários públicos poderão ser demitidos por insuficiência de desempenho ou toda vez que os gastos com pessoal ultrapassarem os 60% da receita da União, dos estados e municípios. Antes da dispensa por excesso de gastos, no entanto, terão de ser demitidos os servidores sem estabilidade e ser feito um corte de 20% nas despesas com cargos de confiança.

Ainda na sessão da próxima terça-feira, o plenário votará projeto de lei que estabelece as penas para os cri-

mes de lavagem de dinheiro. A proposta, que já passou pela Câmara, teve parecer favorável do senador Levy Dias (PPB-MS) na CCJ, com uma emenda do senador Jefferson Péres (PSDB-AM) que inclui entre estes delitos os crimes contra a ordem tributária.

O projeto foi enviado ao Congresso pelo Executivo e prevê cadeia de três a 10 anos, além de multa, para quem ocultar ou dissimular a origem de valores provenientes de tráfico de drogas ou armas, terrorismo, contrabando, extorsão mediante seqüestro, crime contra a administração e o sistema financeiro ou praticado por organização criminosa.

Na sessão do dia seguinte, quarta-feira, o plenário apreciará projeto de lei que cria, transforma e extingue cargos e funções no quadro de funcionários do Supremo Tribunal Federal.

Promulgada emenda do regime funcional especial para militares

As Mesas do Senado e da Câmara promulgaram ontem, em sessão solene do Congresso Nacional realizada às 13h, a emenda constitucional que estabelece regime funcional especial para os servidores militares. "Essa é uma emenda de inteira justiça", disse o presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães, ao anunciar a promulgação da matéria, aprovada no último dia 27.

Antonio Carlos lembrou que a emenda foi aprovada praticamente por unanimidade nas duas Casas do Legislativo, congratulando todos por esse serviço prestado à nação. Ao seu lado, representando o presidente da Câmara, encontrava-se o primeiro vice-presidente, deputado Heráclito For-



Ao lado de Tuma, que foi relator da proposta, ACM preside a sessão solene

tes. A emenda dá aos membros das Forças Armadas, policiais militares e bombeiros militares um tratamento distinto dos demais servidores no que se refere a direitos, deveres e outras prerrogativas dispostas no capítulo da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Eles agora podem inclusive ter reajuste de vencimentos diferentes dos con-

cedidos aos outros servidores. Para o governo, a emenda era necessária em razão do entendimento de que os militares não são servidores dos ministérios militares, mas pertencem a instituições nacionais permanentes - a Marinha, o Exército e a Aeronáutica. Por esse entendimento, o perfil da profissão militar é a defesa da pátria, tendo por isso peculiaridades inigualáveis.

MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO

NESTA SEMANA

(de 2 a 6.02.98)

Projetos aprovados e enviados à sanção	1
Projetos aprovados e enviados à promulgação	3
Mensagens de escolha de diplomatas	1
Projetos aprovados e enviados à Câmara	1
Total de matérias aprovadas	6
Projetos enviados ao Arquivo	1
Total de matérias apreciadas	7

NA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

(de 6.01 a 6.02.98)

Projetos aprovados e enviados à sanção	9
Projetos aprovados e enviados à promulgação	16
- Acordos Internacionais	5
- Operações de Crédito	10
- Assuntos Administrativos	1
Projetos aprovados e enviados à Câmara	4
Mensagens de escolha de autoridades	2
Mensagens de escolha de diplomatas	1
Emenda constitucional enviada à promulgação	1
Total de matérias aprovadas	33
Projetos enviados ao Arquivo	7
Total de matérias apreciadas	40
Sessões realizadas na convocação	22

O presidente da República não deveria seguir as recomendações de seus líderes no Congresso, alerta o senador, sob o risco de descaracterizar a legislação recém-aprovada

Alcântara não quer vetos na lei ambiental

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) pediu ontem que não sejam efetivados pelo presidente Fernando Henrique Cardoso os vetos que teriam sido acordados entre o governo e seus líderes no Congresso a respeito do projeto de lei que dispõe sobre os crimes ambientais e que foi aprovado na Câmara. Segundo o senador, o acordo teria sido feito porque, por razões regimentais, alguns dispositivos do projeto não puderam ser alterados na Câmara.

O projeto foi duramente atacado por grupos que se sentiram prejudicados, como é o caso dos evangélicos, da bancada ruralista e da Confederação Nacional da Indústria, que, naturalmente,



Alcântara: conceitos são avançados não aceitavam as duras sanções impostas pela lei às condutas lesivas ao meio ambiente - assinalou.

Alcântara afirmou que, graças à ação de vários parlamentares, as alterações promovidas pela Câmara dos Deputados não atingiram a amplitude que estes grupos desejavam, embora o projeto tenha sofrido algumas altera-

ções profundamente lamentáveis.

Conforme o senador, dentre as modificações realizadas pela Câmara sobre o texto do Senado estão a eliminação de alguns dispositivos relativos à responsabilidade penal da pessoa jurídica; eliminação de algumas das principais penas restritivas de direito, como a cassação de autorização ou licença; eliminação de algumas penas passíveis de serem aplicadas às pessoas jurídicas, como a liquidação forçada da empresa e a interdição do estabelecimento; retirada da proteção à reserva legal de floresta; e redução dos limites impostos às multas.

Lúcio Alcântara observa que haveria acordo para que o presidente da República

vete alguns dispositivos da lei que não foram eliminados na Câmara dos Deputados, como o princípio da responsabilidade civil objetiva, pelo qual o agente é obrigado a reparar os danos por ele causados ao meio ambiente ou a terceiros; proibição da exportação, sem licença, de espécies vegetais; e punição para quem importar ou comercializar substância tóxica, perigosa ou nociva à saúde pública ou ao meio ambiente.

Lúcio Alcântara destacou que todos os dispositivos refletem conceitos avançados e já reconhecidos em nível internacional e seus vetos representariam inexplicável retrocesso no texto final da lei aprovada no Congresso Nacional.



João Rocha: 2% do mercado

João Rocha: estímulo ao uso de madeiras

O senador João Rocha (PFL-TO) pediu que o Programa Especial de Exportação, a ser anunciado em breve pelo presidente da República, contenha medidas de apoio ao plantio, aproveitamento e exportação de produtos de madeiras tropicais. Para ele, não tem sentido o Brasil, o maior país tropical, participar com apenas 2% do mercado internacional de madeiras.

Esse é o momento de se estabelecer uma política para o setor porque, conforme João Rocha, a FAO, agência da ONU para a agricultura e alimentação, prevê para a próxima década um descompasso crescente entre a oferta e a procura de madeira no mercado internacional. Isso ocorrerá devido a uma queda na produção da Indonésia e da Malásia, ao mesmo tempo em que deverá estagnar a produção madeireira no Hemisfério Norte, por causa de pressões ambientais e sociais.

Assim, quem oferecer ao mercado produtos de madeiras tropicais de florestas plantadas e tratadas de forma ecológica aceita no exterior contará com um amplo mercado nas próximas décadas. O Brasil não tem mais condições de continuar aumentando sua fatia no mercado com madeiras extraídas da Amazônia de forma predatória, por causa das retaliações dos consumidores dos países desenvolvidos, ponderou o senador pelo Tocantins.

O comércio mundial do setor movimentou por ano cerca de US\$ 50 bilhões e o Brasil vende apenas US\$ 1,1 bilhão em madeiras e derivados sólidos e outros US\$ 266 milhões em móveis.

Otoniel destaca soberania brasileira em ecologia

O senador Otoniel Machado (PMDB-GO) ressaltou a importância da nova lei ambiental que será sancionada pelo presidente da República, salientando que esse novo diploma legal reafirma a soberania brasileira em traçar sua própria política de meio ambiente.

Na sua opinião, foi preciso que o quadro de destruição do meio ambiente chegasse a níveis insuportáveis para que a questão fizesse parte da pauta de discussão dos países. E nesse sentido, diz, o Brasil, ao aprovar a nova lei, dá um salto de qualidade e demonstra tratar a matéria com a seriedade que merece.

No mesmo discurso, o senador manifestou a sua preocupação com a situação da região do rio Araguaia, onde, segundo ele, as nascentes estão morrendo por causa da erosão resultante da ocupação irracional do solo nas últimas três décadas, que está destruindo "um dos maiores mananciais de água potável do Brasil".

Segundo Otoniel, o rio Araguaia, além de oferecer con-



Otoniel: receio pelo Araguaia

dições auspiciosas para a agricultura e a pecuária, apresenta uma situação estratégica de navegação comercial já que, como afirmou, no período das cheias, será possível transportar pela hidrovía Tocantins-Araguaia quase 10 milhões de toneladas de grãos.

E destacou encontro, realizado na cidade de Alto Araguaia, em Mato Grosso, de procuradores dos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Rio de Janeiro, que resultou na criação do Movimento de Salvação do Rio Araguaia.

Júlio Campos luta por recompra de embalagens nocivas

Autor de projeto que prevê a obrigatoriedade da recompra de embalagens não biodegradáveis por parte das empresas produtoras e importadoras de bebidas e alimentos, o senador Júlio Campos (PFL-MT) a definiu como a maior relevância para a melhoria do problema do lixo das grandes cidades e para a economia de materiais usados no fabrico de embalagens.

Uma lei nesse sentido tem ainda a vantagem de estimular a pesquisa e o desenvolvimento de embalagens biodegradáveis, além de representar a criação de postos de emprego com a instalação da infra-estrutura logística necessária para o retorno dessas embalagens - argumentou o senador.

Júlio Campos considerou mesquinho o lucro das empresas de alimentos e bebidas que preferem as embalagens não-retornáveis. Explicou que a higiene individual, proporcionada por quem lida com uma embalagem de uso único, contradiz a higiene coletiva pelo acúmulo de



Campos: lucro mesquinho

lixo causado pelo descarte de milhares de frascos de refrigerantes e potes de creme, geralmente feitos de vidro ou plástico não degradável que vão se acumulando nos lixões.

Conforme o senador, nos Estados Unidos já existe uma forte mentalidade a favor da reciclagem das embalagens não retornáveis. Ele disse que, em tampas de latas de cerveja e Coca-Cola, os fabricantes americanos já estão gravando um valor em centavos que o usuário receberá ao devolver a lata ao supermercado.

Na forma do texto recebido da Câmara dos Deputados, as comissões de Constituição e Justiça, de Assuntos Sociais e de Educação, reunidas, acataram o projeto que institui normas sobre o desporto

Lei Pelé é aprovada em reunião conjunta



Cabral: "Estrela à moda antiga"

Cabral homenageia romantismo de Sívio Caldas

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) considerou que a morte do seresteiro Sívio Caldas encerra um dos melhores capítulos da música brasileira, "uma época mais romântica, em que a música era mais importante que o dinheiro". Nessa homenagem, Cabral traçou um perfil biográfico do cantor, começando por lembrar seu nascimento no Largo da Candelária, em 1908, no Rio de Janeiro.

Conforme Cabral, em 1927, Sívio Caldas fez sua primeira gravação, aparecendo depois em outros 500 discos, fazendo dupla com Cartola, Ataulfo Alves e outros. "Foi intérprete ideal de músicas de outros compositores, como Maria - a deusa da minha rua, As Pastorinhas e Florisbela", disse ainda o senador, atestando que o cantor fazia as platéias suspirarem quando cantava *Chão de Estrelas*.

Ele lastimou que Sívio Caldas tenha se afastado da música em 1965, para se refugiar num sítio em Atibaia. Disse que o cantor não teve a fama de Francisco Alves, nem o reconhecimento crítico de Orlando Silva, porém inaugurou um estilo segundo o qual, "ao invés de cantar, dizia as canções". Definiu ainda o artista como "uma estrela à moda antiga, quase folclórico", e informou que ele era o cantor favorito de Ary Barroso.

O projeto de lei que institui normas sobre o desporto, a chamada Lei Pelé, foi aprovado ontem, na forma do texto recebido da Câmara, pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Assuntos Sociais (CAS) e Educação (CE), que, em reunião conjunta, acataram cada um dos relatórios apresentados pelos senadores Leomar Quintanilha (PPB-TO), Benedita da Silva (PT-RJ) e Artur da Távola (PSDB-RJ), respectivamente.

O senador Leomar Quintanilha, relator na CCJ, retirou todas as 23 emendas que havia apresentado ao projeto, sendo 21 delas de redação. As outras duas emendas, que geraram discussão quanto à constitucionalidade dos artigos 26 e 57 do projeto, foram retiradas depois de argumentação apresentada pelo senador Artur da Távola.

Segundo Távola, o item III do artigo 26 revoga o caráter de inconstitucionalidade deste artigo. Já o artigo 57 seria um dispositivo "de maior justiça no projeto", pois dá oportunidade a que os recursos para a as-



O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, também participou da sessão das três comissões

sistência social dos atletas e ex-atletas sejam recolhidos diretamente para a Federação das Associações de Atletas Profissionais (Faap).

Quintanilha disse que acolhia as observações do relator na CE, reservando-se o direito de, até a tramitação no plenário, voltar a discutir a questão.

A reunião, que contou com a presença do presidente da

Casa, senador Antonio Carlos Magalhães, foi presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM) e constituiu-se em mais de duas horas de discussão do projeto antes da votação.

Participaram ainda dos debates os senadores José Ignacio Ferreira (PSDB-ES), José Eduardo Dutra (PT-SE), Ademir Andrade (PSB-PA), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Nabor

Júnior (PMDB-AC), Emília Fernandes (PDT-RS), Espírião Amin (PPB-SC), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Jefferson Pêres (PSDB-AM), José Fogaça (PMDB-RS), Sérgio Machado (PSDB-CE) e Elcio Alvares (PFL-ES).

A proposição, que foi encaminhada ontem à Mesa do Senado, será apreciada pelo plenário na próxima semana.

Fim da "lei do passe" é uma das principais mudanças na legislação

O parecer do senador Leomar Quintanilha apresentado à Lei Pelé e acolhido ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em reunião conjunta com as comissões de Assuntos Sociais (CAS) e Educação (CE), destaca o fim do passe entre as principais mudanças que ocorrerão no desporto brasileiro caso seja aprovada a Lei Pelé também pelo plenário do Senado. Dentre as alterações introduzidas pela Lei

Pelé, encontram-se a obrigatoriedade, dentro de dois anos, de entidades desportivas constituírem sociedades comerciais ou civis de fins lucrativos visando à promoção de competições de atletas profissionais; a extinção da chamada "lei do passe" três anos após a vigência da lei; a faculdade de entidades de prática desportiva organizarem-se em ligas, dotadas de personalidade jurídica própria, para promover competições em coordenação com as entidades de

administração do desporto; e ainda a possibilidade de realização de bingos destinados ao fomento do desporto apenas nas modalidades de bingos permanente e eventual. Sobre as relações trabalhistas do atleta profissional e a popular "lei do passe", o senador argumenta, em seu parecer, que "há muito vinham sendo objeto de pesadas críticas, consideradas normas escravizantes e cerceadoras da liberdade laboral dos atletas".

TV Senado transmite no domingo a votação

As sessões de leitura de pareceres, discussão e votação da Lei Pelé serão apresentadas neste domingo, às 14h30, pela TV Senado. A Lei Pelé, que estabelece normas gerais sobre desporto, foi aprovada ontem em reunião conjunta das comissões de Constituição e Justiça, Assuntos Sociais e Educação.

Requião afirma que PMDB vai ter candidato próprio

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou ontem, em discurso no plenário, que o PMDB terá candidato à Presidência da República e que o partido inteiro aguarda, com grande expectativa, o gesto definitivo do líder no Senado, Jader Barbalho (PA), que declarou que apoiaria uma candidatura própria do PMDB se o ex-presidente da República Itamar Franco fosse candidato:

- Contamos com a decisão rápida de um homem de palavra e com o desligamento do governo, de forma imediata e pessoal, mesmo antes da convenção, do nosso líder Jader Barbalho. Assim procedem os homens de verdade: confirmam, com rapidez e de forma decisiva, a palavra empenhada. O PMDB terá candidato à Presidência da República.

Requião acrescentou que no dia 8 de março próximo a convenção do PMDB "se definirá pela candidatura própria". Disse também que, mais adiante, ou ele e Itamar entrarão num acordo, com base num programa político e numa aliança de oposições, ou disputarão os votos dos convenionais.

- Saúdo com alegria a integração de mais esse grande militante do PMDB nos propósitos de sobrevivência e de afir-



Requião: "Romper com o governo"

mação do partido. Saúde, desta tribuna, com alegria, antecipando a sua declaração, o nosso líder Jader Barbalho, que cumprirá a sua palavra, rompendo com o governo ou deste se desligando e ingressando numa marcha por todos os estados brasileiros, na defesa da candidatura do presidente Itamar Franco - proclamou.

Antes de fazer tais declarações, Requião leu carta de Itamar Franco ao presidente do PMDB, deputado Paes de Andrade, definindo sua intenção de disputar, na convenção do partido, a indicação para concorrer à Presidência da República, e carta do senador José Sarney (PMDB-AP) a Paes de Andrade, mantendo sua posição de apoiar a candidatura de Itamar Franco e de não disputar com qualquer companheiro a convenção partidária.

Simon entrega a ACM publicação sobre Vargas

Ao cumprimentar a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul pela iniciativa de publicar uma série de biografias sobre deputados estaduais gaúchos que continuaram na vida pública, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) entregou ontem ao pre-

sidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, um exemplar do segundo volume da obra, dedicado a Getúlio Vargas. O primeiro foi sobre João Neves da Fontoura, informou.

Para Simon, num país em que a memória e a história públicas sofrem "lamentável descrédito", a iniciativa é por si só elogiável, ainda mais quando redundando num trabalho de qualidade primorosa, comentou, informando que entregará outro exemplar à Biblioteca do Senado.

No mesmo sentido, Simon salientou que tramita projeto de sua autoria que cria "um memorial, um museu, seja lá o que for", para abrigar arquivos de documentos, depoimentos e objetos de Getúlio Vargas.



Simon: "Iniciativa elogiável"

Líder do PFL manifesta indignação com os termos de comunicação enviada pelo ministro dos Transportes sobre viagem ao Piauí

Napoleão vê desrespeito em fax de Eliseu Padilha

O líder do PFL, senador Hugo Napoleão (PI), manifestou ontem sua indignação com fax que recebeu do ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, no qual é informado de que essa autoridade irá ao Piauí no próximo dia 6 e que o senador poderia obter maiores detalhes na Divisão de Relações Públicas do ministério.

- Isso é um achincalhe, um abuso, uma falta de respeito. Não posso admitir uma situação dessa: um fax de um ministro dizendo que eu me dirija à Divisão de Relações Públicas. Só posso atribuir isso ao fato de o ministro ser um marinheiro de primeira viagem. Ele não entende nada de política. Custava ele dar um telefonema ao líder do PFL? - enfatizou o senador.

Segundo Hugo Napoleão, a



Napoleão: "Isso é achincalhe"

assessoria parlamentar do ministro dos Transportes passou fax semelhante a outros parlamentares do estado. "O presidente Fernando Henrique Cardoso precisa entender que ministros desse quilate não ajudam o seu governo. só atrapalham", disse.

- Deixo aqui registrado meu protesto pela forma indelicada, mal-educada, desrespeitosa e achincalhadora com que o mi-

nistro Eliseu Padilha trata seus colegas. O ministro tem o direito de viajar ao Piauí, mas não tem o direito de ser descortês com os companheiros - afirmou.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, deu toda razão ao senador Hugo Napoleão e informou que tratará de esclarecer o assunto. "Se o ministro for o responsável, farei um protesto pelo Senado. Caso contrário, de qualquer forma, dou a solidariedade a qualquer senador que receber um fax semelhante", ponderou.

- Quero acreditar que não tenha sido o ministro que tenha feito isso, mas talvez uma assessoria incompetente. Se partiu do ministro é inaceitável - salientou Antonio Carlos Magalhães.

Suplicy: programa gasta mais com publicidade do que com crianças

Com base em dados fornecidos pela Assessoria de Comunicação Social do Ministério do Trabalho e pela Secretaria do Bem-Estar, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou ontem que o governo Fernando Henrique Cardoso gastou R\$ 5,2 milhões em publicidade, em apenas dois meses, para divulgar o programa Bolsa Criança Cidadã para Erradicação do Trabalho Infantil.

- Esse valor é muito superior ao custo do próprio programa no mesmo período, e quase tanto quanto foi gasto na concessão da bolsa para crianças e adolescentes, no período de janeiro a setembro de 1997: R\$ 5.578.369,16 - disse.

Suplicy salientou que, enquanto o Senado discutia o projeto "restrito e limitado" que autoriza a União a dar apoio financeiro a municípios que adotem programas de renda mínima com finalidades educativas, no final do ano passado, o governo veicu-

lou intensa propaganda nos meios de comunicação, segundo a qual estava implementando o programa Bolsa Criança Cidadã.

Na publicidade, 30 mil crianças, que trabalhavam em atividades insalubres para ajudar no sustento de suas famílias, passaram a receber uma renda mínima mensal condicionada à sua frequência à escola. "O próprio governo informava que havia gasto R\$ 15 milhões com o referido programa", acrescentou.

Os dados sobre os gastos com a divulgação do programa foram obtidos por Eduardo Suplicy através de requerimento de informações dirigido ao ministro do Trabalho, Paulo Paiva, segundo o qual o investimento nessa campanha, realizada nos meses de setembro e outubro de 1997, foi de R\$ 5.257.131,12.

Na opinião do senador, é preocupante que o governo esteja, na verdade, fazendo muito menos do que "sua generosa propaganda" anuncia.



Suplicy: "Generosa propaganda"

- Basta assinalar que, no Distrito Federal, o número de crianças inscritas no Bolsa-Escola é de 44 mil e que no programa Bolsa Criança Cidadã, objeto da publicidade, é de 33.922 - comparou.

Suplicy também comentou o anúncio de que Itamar Franco submeterá seu nome como candidato do PMDB à sucessão presidencial: "É saudável para a nação brasileira que se ampliem as opções de candidaturas à Presidência da República".

Senadora alerta para as conseqüências da política econômica, que, afirma, estrangula o setor produtivo e aumenta as falências

Governo FHC é o campeão em desemprego, diz Júnia

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) afirmou ontem que o governo Fernando Henrique "é campeão em desemprego, desde o último presidente do período militar". Ela esclareceu que baseava sua afirmação em dados estatísticos publicados pela imprensa e acusou a atual administração de privilegiar setores como o capital financeiro, em detrimento de uma política social capaz de socorrer os "70 milhões de miseráveis que hoje vivem no Brasil".

Júnia entende que a economia do país está seguindo uma orientação "preocupante" e a prova disso é o crescimento célere das taxas de desemprego, que se aproximam dos 6%. "Para tampar os buracos dos bancos, o governo desembolsa quase 30 bilhões de reais, mas quando se trata de combater o desemprego, ele prefere medidas legislativas, como o contrato temporário de



Júnia teme pelo setor produtivo

trabalho, que já foi testado e reprovado em outros países", denuncia Júnia.

Para ela, as altas taxas de juros fixadas pelo Banco Central, em torno de 34% ao mês, está provocando a quebra dos setores produtivos no Brasil. Temerosos de um endividamento superior a sua capacidade de pagamento, os empresários não têm recorrido aos empréstimos bancários, o

que contribui para aumentar as falências, concordatas e, conseqüentemente, os índices de desemprego, protesta Júnia.

Em aparte, o senador Odaí Soares (PFL-RO) manifestou sua solidariedade à senadora. Ele também revelou surpresa ao verificar que o editorial publicado na véspera pelo jornal *O Globo*, analisando os juros e o desemprego na economia brasileira, não tem merecido qualquer referência no plenário do Senado.

A senadora também condenou a política de privatização adotada pela equipe econômica. Apesar de alegarem que os recursos obtidos com a venda das empresas estatais seriam empregados para o pagamento da dívida federal, Júnia ressaltou que o valor dessa dívida cresceu e nenhum dos graves problemas nacionais foi resolvido com as privatizações.



Lucena: afastando crises

Lucena elogia ação da ONU em busca da paz

Após registrar sua participação nos trabalhos da 52ª Sessão da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada em Nova York, o senador Humberto Lucena (PMDB-PB) destacou o imenso diálogo de bastidores, mantido sobretudo com o propósito de superar conflitos, "conjurando, assim, o desdobramento de crises que poderiam trazer novas e graves tensões ao panorama internacional".

O senador informou que, durante os debates, foram discutidos temas relevantes como a reforma da ONU. Ele explicou que a Assembleia Geral adotou, em novembro, projeto de resolução aprovando a implementação das ações propostas pelo secretário geral das Nações Unidas, Kofi Annan. Outro item de destaque foi a resolução sobre minas terrestres, que exortou toda a comunidade internacional a assinar a Convenção sobre Proscrição de Minas.

Lucena observou ainda que outro tema que muito interessou ao Brasil na Assembleia foi a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Ele lembrou que o debate no plenário centrou-se nos resultados do grupo de trabalho sobre a reforma e a ampliação do Conselho de Segurança.

O senador fez questão de ressaltar a estranheza diante do atraso no pagamento de contribuição dos países-membros da ONU, principalmente dos Estados Unidos e Brasil. Além disso, Lucena pediu a inscrição nos Anais do Senado do discurso do embaixador Celso Amorim a respeito da reforma do Conselho de Segurança.



Para Carlos Bezerra, o ideal seria trocar o IGP pela equivalência-produto

Renegociação da dívida agrícola preocupa Bezerra

Preocupado com os termos da renegociação apresentada pelo governo para as dívidas agrícolas superiores a R\$ 200 milhões, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) defendeu como "sensatas e realistas" as propostas apresentadas pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Ele destacou, como pontos importantes para viabilizar o pagamento dos débitos, o recálculo do montante devido, "expurgando-se toda a cobrança indevida", e a

substituição do Índice Geral de Preços (IGP) como indexador do saldo devedor, pela equivalência-produto ou pelo Índice de Preços Recebidos pelos Produtores (IPR).

Uma renegociação que leve em conta essas premissas terá muito mais condições de ser efetivamente cumprida, pois estará contemplando a realidade da agricultura em nossos dias. Não se justifica a precipitação dos meios políticos no reconhecimento da proposta governamental como

a solução definitiva para a questão - afirmou.

De acordo com Bezerra, a CNA, em reunião realizada em 28 de janeiro, reconheceu como um avanço a disposição do governo de equacionar o endividamento dos produtores que não foram beneficiados anteriormente na securitização de débitos. Mas, segundo ele, o entendimento foi de que dentro do esquema proposto - que prevê a suspensão das execuções judiciais dos produtores que aderirem à nova negociação - as dívidas seriam "mais facilmente saldáveis".

De nada adianta renegociar só por renegociar ou para ter uma solução momentânea para esse intrincado problema das dívidas agrícolas. É preciso que a renegociação seja feita em bases sólidas, que satisfaçam ambas as partes, mas acima de tudo, que possa ser cumprida pelos produtores a qualquer tempo, inclusive se houver uma reviravolta geral da economia - disse Carlos Bezerra.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

7h - Entrevista com a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) sobre clonagem humana
7h30 - "Jornal da Amazônia"
8h - Debate entre o senador Lauro Campos (PT-DF) e o economista Milton Campos (FGV) sobre a crise asiática
9h00 - Sessão plenária (ao vivo)
12h15 - Entrevista com a senadora Benedita da Silva
13h - Debate entre o senador Lauro Campos e o economista Milton Campos
14h30 - Sessão plenária (representação)
19h30 - "Sete Dias na Política" - entrevista com o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) e o deputado federal Tilden Santiago
20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
20h35 - "Senado em Pauta"
21h30 - "Fala Cidadão"
0h30 - Telejornal "Resumo da Semana"
2h30 - Sessão plenária
6h30 - Telejornal "Resumo da Semana"
6h40 - "Senado em Pauta" (representação)
Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais
Programação sujeita a alterações.
SABADO
14h30 - Comissão de Constituição e Justiça de 21/01 - discussão e votação do projeto de lei que altera o Código Nacional de Trânsito (representação)

RÁDIO SENADO

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
8h45 - "Plenário em Revista"
9h - Sessão plenária
13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
19h - "A Voz do Brasil"
22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
24h - Retransmissão da sessão plenária
SABADO
8h - Resenha da semana (plenário)
10h - Resenha da semana (Comissões/Presidência)
10h30 - "Autores e Livros" - com a apresentação da professora Margareta Patriota, o programa traz o poeta e ensaísta Cassiano Nunes
11h - "A Música Erudita e seus Mestres" - no programa, duas obras sacras do compositor Antonio Vivaldi: "Glória" e "Introdução ao Dixit". Apresentação do senador Artur da Távola
15h - Resenha da semana (plenário)
16h - "A Música do Brasil" - um especial com o cantor Dick Farney. Apresentação do senador Artur da Távola
20h - "Especial do mês" - Com Elomar, Rafael Rabelo, Alceu Valença, Paulinho Pedra Azul, Dorival Caymmi e Hermeto Pascoal (reprise)
22h - "Século XX" - Os anos JK, a Bossa Nova, o aparecimento do Cinema Novo, o apogeu do rádio. Também no programa, as vozes de Cauby Peixoto e Dóris Monteiro

Líder do governo no Congresso chegou a apresentar emenda suprimindo o item que previa a instalação da sede do órgão no Rio, mas retirou-a para não retardar a instalação. Agora, ele volta à carga com projeto de lei

Arruda quer ANP sediada em Brasília

Projeto de lei determinando que a Agência Nacional de Petróleo (ANP) terá sede e foro em Brasília foi apresentado ontem pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF). Para ele, a lei que deu origem à ANP, prevendo a instalação de seus escritórios



Arruda: racionalidade

centrais no Rio de Janeiro, "cria perigoso precedente que coloca em risco a própria eficiência do órgão".

- A capital federal é Brasília. As agências nacionais e órgãos reguladores do governo devem ter sua sede na capital do país. Trata-se de questão de princípio, de racionalidade administrativa, sem o que ficariam sobremaneira dificultados pela distância física entre seus dirigentes - disse o senador, ao justificar o projeto em plenário.

Arruda lembrou que, durante a apreciação da lei de criação da ANP, apresentara emenda visando suprimir do projeto a ex-

pressão que previa a instalação dos escritórios centrais da agência na cidade do Rio de Janeiro. Mas, como explicou, a intenção de alterar o projeto no Senado forçaria o reexame da matéria pela Câmara, onde teve início a tramitação, o que retardaria sua entrada em vigor.

- Levei o problema às autoridades competentes do governo, que se comprometeram a rever o assunto e instalar em Brasília os escritórios centrais. Diante disso, a emenda foi retirada - assinalou.

O líder do governo no Congresso observou que muitos outros órgãos públicos federais permanecem no Rio de Janeiro por razões históricas e dificuldades burocráticas, "uma anomalia que exige solução, por perpetuar situações que geram problemas de toda ordem para a boa execução dos negócios públicos".

Senado autoriza programa que gera empregos no campo

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de resolução que autoriza o governo do estado da Paraíba a elevar temporariamente seus limites de endividamento para realizar operação de crédito externo junto ao Banco Mundial (Bird), no valor de US\$ 60 milhões.

Os recursos serão destinados ao financiamento parcial do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor do Estado da Paraíba (PAPP), que objetiva elevar a qualidade de vida das populações rurais por meio de programas de produção com provisão de infra-estrutura produtiva e geração de emprego e renda.

Em parecer favorável apresentado na Comissão de Assuntos Econômicos, o se-

gador Wilson Kleintübing (PFL-SC) informou que o total das despesas com o PAPP soma US\$ 80 milhões, sendo que os R\$ 20 milhões restantes entrarão como contrapartida do governo estadual ao financiamento do Bird.

A operação prevê o desembolso dos recursos ao longo de cinco anos, até 30 de junho de 2003, sendo que o pagamento do principal do empréstimo será feito em vinte prestações de US\$ 3 milhões, a partir de agosto de 2003. Como a operação contará com garantia da União, a autorização é condicionada à vinculação, pelo governo da Paraíba, das transferências federais destinadas ao estado, como contragarantia ao governo federal.

ACORDO

O texto do acordo de co-

operação na área de turismo firmado em 3 de abril de 1997 entre o Brasil e a Hungria também obteve a aprovação do plenário. Pelo acordo, os dois governos comprometem-se a estimular viagens turísticas entre os dois países, com publicidade e intercâmbio de materiais informativos. O documento prevê ainda o estímulo de atividades empresariais concernentes, como agências especializadas, empresas de aviação e serviços de hotelaria, conforme salientou o relator, senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

As duas matérias aprovadas hoje vão à promulgação.

Leonel: governador do DF foi injusto com líder

O senador Leonel Paiva (PFL-DF) considerou ontem injusto que o governador Cristóvam Buarque tenha afirmado que o senador José Roberto Arruda tem "atrapalhado" o repasse de verbas para o Distrito Federal. Leonel lembrou o esforço do líder do governo no Congresso para reverter a situação. Confirmou o senador a aceitação da emenda de redação apresentada por Arruda que restitua o dever constitucional de pagamento da segurança pública da capital e cria o fundo do DF.



Leonel: defesa de Arruda

Foi destacada pelo senador

matéria publicada ontem no *Correio Braziliense* que trata dos adiantamentos mensais de aproximadamente R\$ 70 milhões, garantidos em setembro pelo presidente Fernando Henrique, para o pagamento de 99 mil servidores do Distrito Federal. "Essa ajuda, entretanto, pode acabar", alertou Leonel, citando trecho do texto jornalístico.

De acordo com o senador, o auxílio financeiro da União estava vinculado com o compromisso do GDF reduzir gastos com pessoal, no entanto, as despesas subiram em 10,6%, índice maior que a inflação registrada em 97.

Recuperação da agricultura na Paraíba é destacada por Suassuna

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) manifestou ontem sua satisfação com o desenvolvimento do estado da Paraíba, informando que, de acordo com a Sudene, a cultura do algodão vem recuperando a área plantada, a pecuária tem mostrado sinais de recuperação e a produção agrícola foi a que mais cresceu, nos últimos anos, em toda a região Nordeste.

Segundo os dados da Sudene, em 1995 o estado da Paraíba produziu uma safra 7% maior, enquanto no Nordeste como um todo o percentual foi de 1%. No ano seguinte, o crescimento da safra paraibana foi de 15%, e, nos demais estados nordestinos, de apenas 2,3%.

Suassuna destacou que esses dados comprovam o novo ciclo de desenvolvimento vivido pela agricultura e pela pecuária do seu estado, em geral, e o especial momento vivido pela atividade local de produção de frutas, em particular. E afirmou que, a partir dos recursos do Programa de Modernização da Agricultura e Agroindústria, os horizontes para a fruticultura na Paraíba foram ampliados.

- Estima-se que, em um período de quatro anos, a área plantada passará dos atuais 50 mil para 120 mil hectares, com uma produção de até 2 mil e 600 toneladas de frutas de alta rentabilidade e excelente qualidade - disse.

Ney Suassuna acrescentou



Suassuna: revolução na economia

que tinha grande satisfação em afirmar que a Paraíba destaca-se, atualmente, como um dos estados onde mais se faz captação de projetos industriais. Ele parabenizou o governador José Maranhão e sua equipe "pela verdadeira revolução que se vem operando na economia do estado da Paraíba".